



COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL, I.P.

**Protocolo entre a
Comissão Nacional de Protecção das Crianças e
Jovens em Risco e o Instituto Nacional de
Medicina Legal, I.P.**



COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL, I.P.

Protocolo entre a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e o Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

PREÂMBULO

O reconhecimento da criança como sujeito de direito pressupõe e implica uma nova cultura da infância ao nível da ética, dos saberes, das políticas, das estratégias e das acções.

Essa nova cultura exige uma intervenção intersectorial integrada, quer no domínio da prevenção primária, quer no âmbito da secundária e terciária.

Tal intervenção mostra-se essencial nas situações de violação dos direitos das crianças que se traduzem em negligência, maus-tratos físicos e psicológicos e abuso sexual.

Conscientes dessa essencialidade, vários serviços, instituições e personalidades têm prestado um apoio preciosíssimo à Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco na prossecução do seu objectivo de um compromisso que promova, neste domínio, as acções necessárias à detecção, recolha de vestígios e declarações da criança para memória futura, em condições que evitem vitimizações secundárias, bem como à avaliação diagnóstica e à aplicação de medidas que afastem as situações de perigo, garantam a segurança e o normal desenvolvimento da criança e superem as consequências das acções vitimizadoras.

Entre essas instituições conta-se o Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. que dispõe de um assinalável património cultural, científico e de experiência que permitem assumir este compromisso, com virtualidades muito positivas já a curto prazo.

Por isso, a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e o Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P., celebram o presente protocolo no espírito do documento enquadrador que se anexa.

Assim, entre:



COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL, I.P.

Primeiro outorgante: Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, adiante designada por CNPCJR, representada pelo seu Presidente: Juiz Conselheiro Jubilado Armando Leandro.

Segundo outorgante: Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P., adiante designado por I.N.M.L., I.P. representado pelo Presidente do Conselho Directivo, Professor Doutor Duarte Nuno Vieira.

É celebrado, assinado em duplicado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Cooperação, o qual se rege pelo disposto nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª

Objecto

De harmonia com as finalidades do presente protocolo, os outorgantes comprometem-se a promover acções de cooperação conjuntas de sensibilização, formação, avaliação, investigação, disseminação e prestação de serviços à comunidade e intervenção nas políticas intersectoriais, nas áreas em que as suas competências e especializações próprias se completem no que se relacione com o domínio da Protecção das Crianças.

CLÁUSULA 2ª

Acções de Cooperação a Desenvolver pelo Primeiro Outorgante

No âmbito das acções de cooperação a desenvolver o primeiro outorgante compromete-se a:

1. Facilitar o acesso a informações necessárias à prossecução da concretização dos objectivos deste protocolo.
2. Facultar a articulação com outras entidades, promovendo reuniões intersectoriais periódicas.



3. Facultar a ligação com organizações nacionais ou internacionais, implicadas na intervenção intersectorial com crianças em risco e em perigo, nomeadamente no âmbito da detecção, avaliação diagnóstica, aplicação de medidas e/ou definição de intervenções articuladas.

4. Facilitar e promover a participação de peritos nacionais e internacionais em grupos de discussão e trabalho conjuntos.

5. Promover avaliações intercalares da implementação do compromisso intersectorial a que se reporta o presente protocolo.

CLÁUSULA 3ª

Acções de Cooperação a Desenvolver pelo Segundo Outorgante

O I.N.M.L., I.P. em colaboração com a CNPCJR, participará na definição de protocolos de procedimentos intersectoriais e sectoriais em formato coerente com os princípios e objectivos definidos no documento em anexo e de acordo com as necessidades identificadas. Neste âmbito, e sem prejuízo de outras acções que posteriormente se considerem necessárias, o I.N.M.L, I.P. compromete-se a:

1. Contribuir com elementos técnico-científicos que se considerem pertinentes para a elaboração de protocolos e/ou procedimentos intersectoriais.

2. Colaborar na tradução, adaptação e concretização de instrumentos de suporte técnico-científicos, nomeadamente manuais, instrumentos de avaliação e guias de procedimentos e intervenção intersectorial.

3. Elaborar orientações práticas de carácter intersectorial para os seus profissionais.

4. Colaborar na concepção e desenvolvimento de acções de sensibilização e formação sectoriais e intersectoriais, iniciais e contínuas, para a concretização dos procedimentos definidos.

5. Colaborar na identificação e disseminação de Práticas Interessantes no domínio da intersectorialidade.

CLÁUSULA 4ª **Execução e Acompanhamento do Protocolo**

O I.N.M.L., I.P., integrará um grupo intersectorial de acompanhamento da execução do presente protocolo visando a monitorização e avaliação dos programas, procedimentos e medidas a implementar e/ou implementadas, coordenado pela CNPCJR, através da designação de uma pessoa directamente responsável por esse acompanhamento e em representação do Instituto.

CLÁUSULA 5ª **Despesas**

O presente protocolo não comporta obrigações económicas para os outorgantes.

CLÁUSULA 6ª **Vigência**

1. O presente protocolo entra em vigor no dia 31 de Março de 2008 e tem a duração de dois anos, sendo automaticamente renovado por igual período, se não for denunciado por qualquer dos outorgantes nos termos do n.º 2 da Cláusula 7ª do presente protocolo.

2. Sem prejuízo das avaliações intercalares a que se refere o n.º 5 da cláusula 2ª, com periodicidade mínima anual, promover-se-á a uma avaliação global de dois em dois anos.

CLÁUSULA 7ª

Cessação do Protocolo

1. O presente protocolo pode cessar em qualquer momento, por mútuo acordo dos Outorgantes, sem prejuízo das acções de cooperação que estiverem a decorrer.

2. O presente protocolo pode ser denunciado por escrito por qualquer dos outorgantes com a antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos devidamente justificados, nomeadamente se ocorrerem circunstâncias que inviabilizem a sua vigência.

Feito em duplicado, aos 28 de Março do ano 2008, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes.

Lisboa, 28 de Março de 2008

**Pela Comissão Nacional de Protecção das
Crianças e Jovens em Risco**



(Juiz Conselheiro Dr. Armando Leandro)

Pelo Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.



(Prof. Doutor Duarte Nuno Vieira)